



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

www.vgsul.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/vgsul

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 1 de 15

SUMÁRIO

Poder Executivo	2
Licitações e Contratos	2
Publicações	2
Vigilância Sanitária	13
Licenças	13

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Vargem Grande do Sul, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Vargem Grande do Sul poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.vgsul.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/vgsul
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul

CNPJ 46.248.837/0001-55
Praça Washington Luís, 643 - Centro
Telefone: (19) 3641-9000
Site: www.vgsul.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/vgsul

Câmara Municipal de Vargem Grande do Sul

CNPJ 54.683.818/0001-85
Praça Washington Luiz, 665 - Centro
Telefone: (19) 3641-1763
Site: www.vargemgrandedosul.sp.leg.br

Fundo de Previdência Municipal - Vargem Grande do Sul

CNPJ 15.180.781/0001-10
Praça Washington Luís, 643 - Centro

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vargem Grande do Sul

CNPJ 09.183.761/0001-09
Praça Washington Luís, 643 - Centro



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Vargem Grande do Sul garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.vgsul.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/vgsul



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 2 de 15

PODER EXECUTIVO

Licitações e Contratos

Publicações

EXTRATOS DE CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 067/2026; **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul; **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico n.º 025/2026; **OBJETO:** Aquisição de equipamentos para fisioterapia, destinados às unidades de fisioterapia do Município, buscando auxiliar o fornecimento deste serviço à população aprovada em relatório social, a fim de atender as demandas do Departamento Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, com entrega imediata, vinculada aos recursos da Emenda Parlamentar Estadual n.º 2025.322.68852; **ASSINATURA:** 16 de junho de 2026; **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir da sua data de publicação no diário oficial do município; **CONTRATO Nº:** 045/2026; **CONTRATADA:** AAZ Saúde Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli – EPP; **VALOR:** R\$ 17.071,85 (dezesete mil, setenta e um reais e oitenta e cinco centavos); **CONTRATO Nº:** 046/2026; **CONTRATADA:** Cirurgica Izamed Ltda; **VALOR:** R\$ 12.758,00 (doze mil, setecentos e cinquenta e oito reais); **CONTRATO Nº:** 047/2026; **CONTRATADA:** Florianópolis Comércio de Produtos para Saúde Ltda – ME; **VALOR:** R\$ 74.819,14 (setenta e quatro mil, oitocentos e dezenove reais e quatorze centavos); **CONTRATO Nº:** 048/2026; **CONTRATADA:** Health Life Soluções Médicas E Ortopédicas Ltda; **VALOR:** R\$ 3.458,40 (três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos); **CONTRATO Nº:** 049/2026; **CONTRATADA:** IX Medical Ltda; **VALOR:** R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais); **CONTRATO Nº:** 050/2026; **CONTRATADA:** Licita Med Ltda; **VALOR:** R\$ 11.567,00 (onze mil, quinhentos e sessenta e sete reais); **CONTRATO Nº:** 051/2026; **CONTRATADA:** Olimpio Equipamentos Hospitalares Ltda; **VALOR:** R\$ 1.743,30 (um mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta centavos); **CONTRATO Nº:** 052/2026; **CONTRATADA:** SZ Hospitalar Ltda; **VALOR:** R\$ 1.770,00 (um mil, setecentos e setenta reais); **CONTRATO Nº:** 053/2026; **CONTRATADA:** Tudoestetica Comércio de Cosméticos Ltda; **VALOR:** R\$ 1.631,88 (um mil, seiscentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos); **CONTRATO Nº:** 054/2026; **CONTRATADA:** Vaninha Utilidades Ltda; **VALOR:** R\$ 4.828,67 (quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais e sessenta e sete centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 079/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 019/2026

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL**, com sede à Praça Washington Luiz, 643, Centro, Vargem Grande do Sul - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.248.837/0001-55, neste ato representada por **CELSO LUÍS RIBEIRO**, RG nº 9.252.939-2 e CPF nº 056.610.248-00, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS**, processo administrativo n.º 079/2026, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 5.728/2022, alterado pelo Decreto Municipal nº 5.988/2024, aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para a aquisição de gêneros hortifrutigranjeiros para diversos departamentos da Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, com entregas semanais, ponto a ponto, pelo período de 06 meses**, especificados no Termo de Referência, anexo do edital da licitação indicada no preâmbulo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.1. A presente Ata tem por objeto o, especificado(s) no(s) item(ns) 3.1. do Termo de Referência, anexo do edital da licitação indicada no preâmbulo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DETENTORA A



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 3 de 15

Fornecedor: A.G.R. AGRONEGOCIOS LTDA
CNPJ: 53.402.589/0001-10
Endereço: Avenida do Empreendedor Juscelino Kubitschek, nº 150, Parque Unenorte. São Sebastiao da Grama/SP. CEP 13794-156
Representante Legal: Amanda Gislene Ribeiro
CPF: 224.468.998-03
Contato: ribeiroamandagislene@gmail.com

Item	Descrição Resumida	Quantidades					Unidade	Valor Unitário	Valor Total
		Educação	Saúde	Meio ambiente	Gabinete	Total			
21	Cebola média nacional	1.500	40		40	1.580	KG	R\$ 2,49	R\$ 3.934,20
23	Cenoura	2.000	30	297		2.327	KG	R\$ 2,50	R\$ 5.817,50
35	Jiló		90	180		270	KG	R\$ 6,70	R\$ 1.809,00
45	Maracujá		120	108		228	KG	R\$ 7,50	R\$ 1.710,00
49	Pepino comum	1.500		108		1.608	KG	R\$ 2,99	R\$ 4.807,92
50	Pera importada Williams	5.000	50			5.050	KG	R\$ 8,19	R\$ 41.359,50
53	Pimentão			81		81	KG	R\$ 6,39	R\$ 517,59
55	Repolho verde extra	1.000	30	324		1.354	KG	R\$ 2,49	R\$ 3.371,46
65	Maçã Gala - Cota reservada ME/EPP	2500	10	81		2.591	KG	R\$ 4,49	R\$ 11.633,59
10	Alho-Poró	500				500	KG	R\$ 15,00	R\$ 7.500,00
18	Brócolis ninja	400	30	162		592	KG	R\$ 13,95	R\$ 8.258,40
33	Hortelã		30			30	KG	R\$ 17,50	R\$ 525,00

Valor Total: R\$ 91.244,16 (noventa e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos).

DETENTORA B

Fornecedor: B.R. DEZENA HORTIFRUTI LTDA
CNPJ: 42.707.227/0001-11
Endereço: Rua Washington Luiz, 299, Barracão 01, Centro. Aguaí/SP. CEP: 13860-041
Representante Legal: Breno Rosa Dezena
CPF: 416.386.078-93
Contato: jbdezenahortifruti@gmail.com

Item	Descrição Resumida	Quantidades					Unidade	Valor Unitário	Valor Total
		Educação	Saúde	Meio ambiente	Gabinete	Total			
5	Abobrinha brasileira	1.000	30			1.030	KG	R\$ 1,79	R\$ 1.843,70
6	Acelga	1.000				1.000	KG	R\$ 3,88	R\$ 3.880,00
8	Alface crespa	500	20			520	KG	R\$ 6,33	R\$ 3.291,60
12	Banana nanica - Ampla Concorrência	15.000	113	1.256		16.369	KG	R\$ 2,78	R\$ 45.505,82
14	Batata doce amarela-rosa	300	20	324		644	KG	R\$ 2,49	R\$ 1.603,56
15	Batata inglesa Agatha especial	10.000	80			10.080	KG	R\$ 3,69	R\$ 37.195,20
16	Berinjela	500	40			540	KG	R\$ 3,48	R\$ 1.879,20
17	Beterraba sem folhas	500	20	405		925	KG	R\$ 2,83	R\$ 2.617,75
24	Chicória	1.000	20	162		1.182	KG	R\$ 7,77	R\$ 9.184,14
28	Couve	500	30	324		854	KG	R\$ 7,77	R\$ 6.635,58
37	Laranja Lima- Ampla Concorrência	7.500				7.500	KG	R\$ 4,47	R\$ 33.525,00
38	Laranja pera	15.000	260	675		15.935	KG	R\$ 1,77	R\$ 28.204,95
39	Limão tahiti	500	50			550	KG	R\$ 1,99	R\$ 1.094,50



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 4 de 15

40	Maçã gala - Ampla Concorrência	7.500	30	243		7.773	KG	R\$ 4,77	R\$ 37.077,21
42	Mandioca comum extra descascada e picada	500	50			550	KG	R\$ 5,77	R\$ 3.173,50
44	Manga Tommy extra	2.000	100	270		2.370	KG	R\$ 3,77	R\$ 8.934,90
46	Melancia redonda graúda	6.000	210	600		6.810	KG	R\$ 1,77	R\$ 12.053,70
48	Ovos granja branco	5.000	100	270	70	5.440	DZ	R\$ 6,47	R\$ 35.196,80
59	Tomate longa vida Débora	8.000	65	351	50	8.466	KG	R\$ 3,77	R\$ 31.916,82
64	Laranja Lima - Cota reservada ME/EPP	2500				2.500	KG	R\$ 4,47	R\$ 11.175,00
Valor Total: R\$ 315.988,93 (trezentos e quinze mil, novecentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos).									

DETENTORA C

Fornecedor: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS NAGIB LTDA CNPJ: 13.780.677/0001-31 Endereço: Rua Santo Pelozio, 760, Jd. Azaleias, São João da Boa Vista – SP, CEP 13876-830. Representante Legal: Nagib Pereira de Andrade CPF: 280.678.378-05 Contato: docsnagib@gmail.com									
Item	Descrição Resumida	Quantidades					Unidade	Valor Unitário	Valor Total
		Educação	Saúde	Meio ambiente	Gabinete	Total			
41	Mamão formosa	5.000	70	810		5.880	KG	R\$ 4,75	R\$ 27.930,00
Valor Total: R\$ 27.930,00 (vinte e sete mil, novecentos e trinta reais).									

DETENTORA D

Fornecedor: EDVALDO DONIZETI CALLEGARI LTDA CNPJ: 52.667.904/0001-79 Endereço: Rua Ana Maria Andreatta Viana, nº 100, bairro Chácara de Recreio São Pedro. São Jose do Rio Pardo/SP. CEP: 13.722-702 Representante Legal: Edvaldo Donizeti Callegari CPF: 038.682.508-40 Contato: tocallegarihortifrutii@gmail.com									
Item	Descrição Resumida	Quantidades					Unidade	Valor Unitário	Valor Total
		Educação	Saúde	Meio ambiente	Gabinete	Total			
1	Abacate	2.000				2.000	KG	R\$ 2,49	R\$ 4.980,00
2	Abacaxi pérola	1.000	60	324		1.384	KG	R\$ 4,78	R\$ 6.615,52
4	Abóbora Paulista	1.000				1.000	KG	R\$ 2,35	R\$ 2.350,00
13	Banana Prata		120			120	KG	R\$ 3,99	R\$ 478,80
19	Caqui	1.000				1.000	KG	R\$ 7,15	R\$ 7.150,00
22	Cebolinha	500				500	KG	R\$ 17,00	R\$ 8.500,00
25	Chuchu	1.500	30			1.530	KG	R\$ 2,60	R\$ 3.978,00
26	Côco seco			324		324	KG	R\$ 6,90	R\$ 2.235,60
29	Couve-flor extra 6-8 un	500	30			530	KG	R\$ 5,99	R\$ 3.174,70
32	Goiaba Vermelha	5.000	40	270		5.310	KG	R\$ 5,80	R\$ 30.798,00
34	Inhame Dedo Extra	1.000	20			1.020	KG	R\$ 4,85	R\$ 4.947,00
36	Kiwi - Ampla Concorrência	2.250	30			2.280	KG	R\$ 17,90	R\$ 40.812,00
43	Mandioquinha	700	20			720	KG	R\$ 6,30	R\$ 4.536,00



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 5 de 15

47	Melão amarelo	4.500	55			4.555	KG	R\$ 4,20	R\$ 19.131,00
51	Pera Portuguesa- Ampla Concorrência	3.750				3.750	KG	R\$ 7,90	R\$ 29.625,00
52	Pêssego	1.000				1.000	KG	R\$ 9,90	R\$ 9.900,00
54	Quiabo	1.000				1.000	KG	R\$ 9,90	R\$ 9.900,00
56	Salsa	500	20			520	KG	R\$ 17,50	R\$ 9.100,00
58	Tangerina ponkan - Ampla Concorrência	15.000	105			15.105	KG	R\$ 2,89	R\$ 43.653,45
60	Uva Thompson	1.500	40			1.540	KG	R\$ 15,50	R\$ 23.870,00
61	Vagem macarrão extra	1.000	30			1.030	KG	R\$ 11,80	R\$ 12.154,00
62	Banana nanica - Cota reservada ME/EPP	5000	37	418		5.455	KG	R\$ 2,77	R\$ 15.110,35
63	Kiwi - Cota reservada ME/EPP	750	10			760	KG	R\$ 17,90	R\$ 13.604,00
66	Pera Portuguesa - Cota reservada ME/EPP	1250				1.250	KG	R\$ 7,90	R\$ 9.875,00
67	Tangerina ponkan - Cota reservada ME/EPP	5000	35			5.035	KG	R\$ 2,89	R\$ 14.551,15
Valor Total: R\$ 331.029,57 (trezentos e trinta e um mil, vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos)									

DETENTORA E

Fornecedor: EDVALDO DONIZETI CALLEGARI LTDA
CNPJ: 52.667.904/0001-79
Endereço: Rua Ana Maria Andreata Viana, nº 100, bairro Chácara de Recreio São Pedro. São Jose do Rio Pardo/SP. CEP: 13.722-702
Representante Legal: Edvaldo Donizeti Callegari
CPF: 038.682.508-40
Contato: toticalegarihortifrutii@gmail.com

Item	Descrição Resumida	Quantidades					Unidade	Valor Unitário	Valor Total
		Educação	Saúde	Meio ambiente	Gabinete	Total			
1	Abacate	2.000				2.000	KG	R\$ 2,49	R\$ 4.980,00
2	Abacaxi pérola	1.000	60	324		1.384	KG	R\$ 4,78	R\$ 6.615,52
4	Abóbora Paulista	1.000				1.000	KG	R\$ 2,35	R\$ 2.350,00
13	Banana Prata		120			120	KG	R\$ 3,99	R\$ 478,80
19	Caqui	1.000				1.000	KG	R\$ 7,15	R\$ 7.150,00
22	Cebolinha	500				500	KG	R\$ 17,00	R\$ 8.500,00
25	Chuchu	1.500	30			1.530	KG	R\$ 2,60	R\$ 3.978,00
26	Côco seco			324		324	KG	R\$ 6,90	R\$ 2.235,60
29	Couve-flor extra 6-8 un	500	30			530	KG	R\$ 5,99	R\$ 3.174,70
32	Goiaba Vermelha	5.000	40	270		5.310	KG	R\$ 5,80	R\$ 30.798,00
34	Inhame Dedo Extra	1.000	20			1.020	KG	R\$ 4,85	R\$ 4.947,00
36	Kiwi - Ampla Concorrência	2.250	30			2.280	KG	R\$ 17,90	R\$ 40.812,00
43	Mandioquinha	700	20			720	KG	R\$ 6,30	R\$ 4.536,00
47	Melão amarelo	4.500	55			4.555	KG	R\$ 4,20	R\$ 19.131,00
51	Pera Portuguesa- Ampla Concorrência	3.750				3.750	KG	R\$ 7,90	R\$ 29.625,00
52	Pêssego	1.000				1.000	KG	R\$ 9,90	R\$ 9.900,00
54	Quiabo	1.000				1.000	KG	R\$ 9,90	R\$ 9.900,00
56	Salsa	500	20			520	KG	R\$ 17,50	R\$ 9.100,00
58	Tangerina ponkan -	15.000	105			15.105	KG	R\$ 2,89	R\$ 43.653,45



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 6 de 15

	Ampla Concorrência								
60	Uva Thompson	1.500	40			1.540	KG	R\$ 15,50	R\$ 23.870,00
61	Vagem macarrão extra	1.000	30			1.030	KG	R\$ 11,80	R\$ 12.154,00
62	Banana nanica - Cota reservada ME/EPP	5000	37	418		5.455	KG	R\$ 2,77	R\$ 15.110,35
63	Kiwi - Cota reservada ME/EPP	750	10			760	KG	R\$ 17,90	R\$ 13.604,00
66	Pera Portuguesa - Cota reservada ME/EPP	1250				1.250	KG	R\$ 7,90	R\$ 9.875,00
67	Tangerina ponkan - Cota reservada ME/EPP	5000	35			5.035	KG	R\$ 2,89	R\$ 14.551,15
Valor Total: R\$ 331.029,57 (trezentos e trinta e um mil, vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos)									

2.2. Todos itens deverão ser entregues cumprindo fielmente com o descritivo técnico elaborado pelo departamento requisitante, conforme o Termo de Referência, Anexo III do Edital.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será a **Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades pertencentes a esfera de governo do município de Vargem Grande do Sul que não participaram do procedimento, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos determinados no §2º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

4.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. As aquisições ou contratações adicionais deverão observar os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especificamente estabelecidos nos §3º e §4º do art. 86.

4.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **06 (seis) meses**, contado a partir da data de divulgação no diário oficial do município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.1.2. Caso a Ata seja prorrogada por período superior a **1 (um) ano**, ensejará o reajuste dos preços registrados pela variação do IPCA a contar da data da proposta, salvo no caso de deferimento de eventual pedido de equilíbrio econômico do contrato no primeiro período de vigência.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Integram esta Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação ou que mantiveram sua proposta original.

5.4.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.5 somente será efetuada quando houver



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 7 de 15

necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.1.

5.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. O valor registrado poderá ser reajustado no caso de prorrogação da ata de registro respeitada a contagem da anualidade e a variação do IPCA acumulado no período de 12 meses a contar da proposta.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, na legislação aplicável e neste edital.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotar as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 8 de 15

8.1.2. Não retirar ou aceitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2 desta Ata; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Detentora

9.1. Além das obrigações resultantes da observância da lei 14.133/2021 e das disposições do Termo de Referência, a detentora deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Providenciar junto a órgãos competentes os registros e licenciamentos regulamentares e pertinentes ao objeto de que tratará a ata de registro de preços;

9.1.2. Executar fielmente o objeto da ata de registro de preços, comunicando imediatamente e com antecedência o gestor/a da ata, na hipótese de ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;

9.1.3. Comunicar ao gestor da ata, por escrito, qualquer anormalidade nos bens e/ou serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pela contratante;

9.1.4. Acatar as orientações do órgão gestor (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021), sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

9.1.5. A detentora deve se responsabilizar:

a) Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato. A inadimplência da detentora, referente a esses encargos, não transfere ao órgão gestor a responsabilidade por seu pagamento;

b) Por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o órgão gerenciador;

9.1.6. A detentora deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.7. Manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução da ata de registro de preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata de registro de preços.

9.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.13. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Órgão Gerenciador



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 9 de 15

- 9.1.15. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Detentora, de acordo com a ata de registro de preços e seus anexos;
- 9.1.16. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº 5.728/2022 atualizado pelo Decreto nº 5.988/2024;
- 9.1.17. Notificar a detentora, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.1.18. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata de registro de preços e o cumprimento das obrigações pela Detentora;
- 9.1.19. Efetuar o pagamento a Detentora do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência anexo a esta Ata;
- 9.1.20. Aplicar a Detentora sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da Ata;
- 9.1.21. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Detentora;
- 9.1.22. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.1.22.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 9.1.23. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- 9.1.24. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Detentora com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata de registro de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da detentora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) regulamentada no Município pelo Decreto nº 6.032, de 25 de março de 2024 (<https://www.vgsul.sp.gov.br/transparencia/leis-e-decretos/leisdecretos>), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD e art. 3º do Decreto Municipal supra.

11. DAS PENALIDADES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a detentora que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 11.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. Advertência, quando a detentora der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.1.1. A advertência prevista no inciso I do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada pelo Diretor da área demandante ou no caso de demandas comuns a mais de um Departamento, pelo Diretor da área prejudicada no contrato ou da ata de registro de preços, quando a conduta for praticada por contrato/detentor de Ata de Registro de Preços cabendo recurso administrativo, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da publicação no Diário Oficial do Município nos termos do art. 166 da Lei nº 14.133/2021 ao Prefeito, sem a necessidade de instauração de processo administrativo ou de comissão para apuração de responsabilidade.
- 11.2.1.2. No caso de contratos ou ata de registro de preços, a reincidência de conduta que enseja advertência fica limitada a 3 (três) advertências, ocasião em que, ocorrendo nova conduta passível de advertência, o fiscal comunicará o fato ao gestor técnico do contrato ou ata que deverá instaurar procedimento administrativo visando à aplicação das demais sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2.1.3. A ausência de aplicação de penalidade de advertência não impede a instauração de procedimento administrativo visando à aplicação das outras sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 10 de 15

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta Ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa, poderá ser aplicada a detentora por infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, VII, X e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e cumulativamente com a penalidade de advertência, impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, a depender da gravidade da infração cometida, da seguinte conformidade:

11.2.4.1. Moratória

- a) de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
- b) superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à da alínea “a”;

11.2.4.2. Compensatória

- a) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se multa correspondente a 30% (trinta por cento por cento) sobre o valor do contrato; ou
- b) pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

11.2.5. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratado/Órgão Gestor(art. 156, §9º).

11.2.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157).

11.2.7. A sanção de multa será aplicada pelo Diretor da área demandante/Gestor ou no caso de demandas comuns a mais de um Departamento, pelo Diretor da área prejudicada no contrato ou da ata de registro de preços cabendo recurso ao Prefeito, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da publicação no Diário Oficial do Município nos termos do art. 166 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou serão adotadas as medidas para a inscrição do débito em dívida ativa e cobrança judicial. (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2.10. A multa aplicada poderá ser convertida em advertência, caso o valor afigure-se ínfimo, assim considerados aqueles inferiores a 1% do valor indicado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão aplicadas mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, conduzido pela comissão de apuração de infrações administrativas composta por no mínimo 2 (dois) servidores efetivos a ser designada pelo Chefe do Executivo.

11.3.1. O próprio gestor técnico do contrato/Ata de Registro de Preços, quando verificados indícios de descumprimento contratual por parte da contratada, poderá, de ofício, instaurar o competente procedimento administrativo.

11.3.2. Verificada a existência de suposto comportamento irregular, a comissão de apuração de infrações administrativas dará início à fase externa do procedimento, providenciando a citação da contratada, onde deverá constar a descrição dos fatos que lhe são imputados, os dispositivos supostamente inadimplidos, as sanções hipoteticamente aplicáveis com indicação da base normativa, as hipóteses de extinção do contrato, o prazo para defesa escrita, que deverá ser de **15 (quinze) dias úteis**, bem como o local em que a defesa poderá ser protocolizada.

11.3.3. A citação será publicada no Diário Oficial do Município e endereçada ao interessado (pessoa física ou representante da pessoa jurídica) no endereço eletrônico indicado por ocasião de participação no processo de contratação pública, cabendo, aos interessados, manter atualizado seu cadastro perante o órgão ou entidade licitante/contratante.

11.3.4. Na defesa a ser ofertada, além das alegações de interesse do contratado, deverão já ser colacionados os documentos probatórios pertinentes, salvo impossibilidade devidamente justificada, indicando-se eventuais provas adicionais que se pretenda produzir, em especial a testemunhal, ofertando-se o rol pretendido.

11.3.5. A não apresentação de defesa não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado, não gerando, pois, confissão.

11.3.6. Decorrido o prazo para apresentação da defesa, dar-se-á início à fase da instrução probatória, destinada a angariar eventuais dados e informações complementares, hábeis à averiguação e comprovação dos fatos, necessários à tomada de decisão.

11.3.7. A produção de provas poderá se dar através de oitivas, juntada de documentos, diligências e perícias, se for o caso

11.3.8. Caso haja a produção de novas provas durante a instrução probatória ou o surgimento de novos elementos não constantes dos autos quando da apresentação de defesa pelo contratado, será a ele concedido prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de alegações finais.

11.3.9. Finalizada a instrução do processo, ou na hipótese de não haver a necessidade de dilação probatória após a apresentação de defesa pela contratada, a comissão de apuração de infrações administrativas elaborará relatório circunstanciado sugerindo a aplicação ou



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 11 de 15

não de sanção e/ou extinção do contrato, encaminhando o processo ao Diretor que instaurou o procedimento para decisão final no caso de impedimento de licitar ou contratar ou ao Prefeito no caso de declaração de inidoneidade.

11.3.10. A decisão somente produzirá seus efeitos a partir da publicação no Diário Oficial do Município.

11.3.11. Da aplicação da sanção de impedimento de licitar ou contratar caberá recurso ao Prefeito no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data da publicação no Diário Oficial do Município, nos termos do art. 166 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.12. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data da publicação no Diário Oficial do Município nos termos do parágrafo único do art. 166 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.13. Na hipótese de extinção do contrato sem a aplicação de sanção, o prazo de recurso será de 03 (três) dias úteis, contados da publicação no Diário Oficial do Município nos termos da alínea "e", do inciso I, do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.14. Decidido o recurso e mantida a decisão de aplicação de sanção, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, deverá a Comissão informar e manter atualizada a sanção aplicada para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), Sistema de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), quando materialmente possível.

11.4. Nos termos do que dispõe o parágrafo único do art. 161 da Lei 14.133/2021, a aplicação de sanção a uma contratada em decorrência de um contrato não se estenderá aos demais contratos eventualmente vigentes e em perfeita execução, contudo, poderá impedir eventual prorrogação, se for o caso.

11.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 11.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.7. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se for o caso.

Vargem Grande do Sul - SP, 19 de junho de 2026.

Identificação e Assinaturas:

Celso Luís Ribeiro
Prefeito Municipal
P/ Prefeitura

Amanda Gislene Ribeiro
Representante Legal
P/ Detentora A

Breno Rosa Dezena
Representante Legal
P/ Detentora B

Nagib Pereira de Andrade
Representante Legal



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 12 de 15

P/ Detentora C

Edvaldo Donizeti Callegari
Representante Legal
P/ Detentora D

Jose Roberto Pagani Cruz
Representante Legal
P/ Detentora E



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 13 de 15

Vigilância Sanitária

Licenças



Prefeitura Municipal
Vargem Grande do Sul - SP
Departamento Municipal de Saúde

ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LICENÇA SANITÁRIA INICIAL

Assunto: LICENÇA DE FUNCIONAMENTO INICIAL

Objeto: COMÉRCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

Protocolo: 0157/2026

Deferido: (X) Sim () Não

Razão Social: ENDORPH COMÉRCIO DE SUPLEMENTOS LTDA

Endereço: RUA GOVERNADOR ANDRÉ FRANCO MONTORO, 180

Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL JOSÉ APARECIDO FONSECA

Responsável Legal: LEONARDO GARCIA MULTINI

Responsável Técnico: LEONARDO HENRIQUE PIVA

CEVS: 355640421-463-000136-1-7

RENOVAÇÃO DE LICENÇA SANITÁRIA

Assunto: RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Objeto: ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES

Protocolo: 0704/2026

Deferido: (X) Sim () Não

Razão Social: MILAN MEDICINA DE TRÁFEGO LTDA

Endereço: RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 21

Bairro: CENTRO

Responsável Legal: RENATO CHIAVEGATI MILAN

Responsável Técnico: RENATO CHIAVEGATI MILAN

CEVS: 355640421-863-000475-1-1



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 14 de 15

Assunto: RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO
Objeto: FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS
Protocolo: 0628/2026
Deferido: (X) Sim () Não
Razão Social: F&F CO ALIMENTAÇÃO LTDA
Endereço: RUA MANOEL GOMES CASACA, 840
Bairro: PARQUE INDUSTRIAL II
Responsável Legal: VICTOR SANTOS FRANCO
Responsável Técnico: MARIANA SILVA MARCILI
CEVS: 355640421-562-000154-1-5

Assunto: RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO
Objeto: CABELEIREIROS, MANICURE, PEDICURE E BARBEARIA
Protocolo: 0575/2026
Deferido: (X) Sim () Não
Razão Social: PÂMELA CRISTIANE DA SILVA VIEIRA 36125900819
Endereço: RUA JOSÉ SCHIAVO, 71
Bairro: JARDIM IRACEMA
Responsável Legal: PÂMELA CRISTIANE DA SILVA VIEIRA
CEVS: 355640421-960-000501-1-3

Assunto: RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO
Objeto: CABELEIREIROS, MANICURE, PEDICURE E BARBEARIA
Protocolo: 0334/2026
Deferido: (X) Sim () Não
Razão Social: 46.659.480 CIBELE PICCOLI LONGO
Endereço: RUA CORONEL MARIANO PARREIRA, 328
Complemento: SALA 4
Bairro: CENTRO
Responsável Legal: CIBELE PICCOLI LONGO
CEVS: 355640421-960-000549-1-7

Assunto: RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO
Objeto: ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA
Protocolo: 0473/2026
Deferido: (X) Sim () Não
Razão Social: 18.413.543 ELAINE CRISTINA DE FARIA LIMA
Endereço: RUA DAVI BEDIN NETO, 371
Bairro: JARDIM FORTALEZA
Responsável Legal: ELAINE CRISTINA DE FARIA LIMA
CEVS: 355640421-960-000585-1-3



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 4.175, de 29 de dezembro de 2017

Segunda-feira, 22 de junho de 2026

Ano IX | Edição nº 1874

Página 15 de 15

ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

Assunto: ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS – RAZÃO SOCIAL

Objeto: CABELEIREIROS, MANICURE, PEDICURE E BARBEARIA

Protocolo: 0575A/2026

Deferido: (X) Sim () Não

Razão Social: PÂMELA CRISTIANE DA SILVA VIEIRA 36125900819

Endereço: RUA JOSÉ SCHIAVO, 71

Bairro: JARDIM IRACEMA

Responsável Legal: PÂMELA CRISTIANE DA SILVA VIEIRA

CEVS: 355640421-960-000501-1-3

Assunto: ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS – RAZÃO SOCIAL

Objeto: CABELEIREIROS, MANICURE, PEDICURE E BARBEARIA

Protocolo: 0334AB/2026

Deferido: (X) Sim () Não

Razão Social: 46.659.480 CIBELE PICCOLI LONGO

Endereço: RUA CORONEL MARIANO PARREIRA, 328

Complemento: SALA 4

Bairro: CENTRO

Responsável Legal: CIBELE PICCOLI LONGO

CEVS: 355640421-960-000549-1-7

Assunto: ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS – RAZÃO SOCIAL

Objeto: ATIVIDADES DE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA

Protocolo: 0473A/2026

Deferido: (X) Sim () Não

Razão Social: 18.413.543 ELAINE CRISTINA DE FARIA LIMA

Endereço: RUA DAVI BEDIN NETO, 371

Bairro: JARDIM FORTALEZA

Responsável Legal: ELAINE CRISTINA DE FARIA LIMA

CEVS: 355640421-960-000585-1-3

ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Assunto: ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Objeto: FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS

Protocolo: 0730/2026

Deferido: (X) Sim () Não

Razão Social: F&F CO ALIMENTAÇÃO LTDA

Endereço: RUA MANOEL GOMES CASACA, 840

Bairro: PARQUE INDUSTRIAL II

Responsável Legal: VICTOR SANTOS FRANCO

Responsável Técnico: MARIANA SILVA MARCILI

CEVS: 355640421-562-000154-1-5